



DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E DIREITOS HUMANOS EM SITUAÇÕES DE CONFLITO

PROGRAMA

Apresentação

A multiplicação de conflitos armados tem posto à prova a aplicação dos regimes de direito humanitário e dos direitos humanos. A aplicação prática do jus ad bellum mostra, com demasiada frequência, as limitações do sistema da Organização das Nações Unidas no que respeita ao controlo político do uso da força pelo Conselho de Segurança. Mas são os actuais limites do jus in bello que suscitam maiores dificuldades. As violações “clássicas” das normas de direito humanitário, cada vez mais frequentes, são acompanhadas pelas insuficiências do quadro normativo internacional no acompanhamento das novas realidades tecnológicas seja a agressão por via cibernética seja a utilização de drones para a eliminação de pessoas e a destruição de bens ou o aparecimento de robots assassinos (killer robots como lethal autonomous weapons). Em contraponto a esta situação, vários Estados atribuíram-se uma competência penal universal para julgar as violações do direito humanitário ao mesmo tempo que o Tribunal Penal Internacional tem desenvolvido uma jurisprudência ambiciosa no que respeita aos diversos tipos penais que integram o Estatuto de Roma.

O presente curso pretende colmatar uma lacuna formativa de juristas, diplomatas, técnicos de Organizações Não Governamentais, militares e forças policiais que participam em missões internacionais em zonas de conflito armado. Também os jornalistas, os técnicos de protecção civil e os membros de equipas de socorro que acompanhem situações de conflito armado poderão beneficiar da formação fornecida pelo Curso.

Os vários módulos do curso percorrem os elementos clássicos relativos ao sistema da Carta das Nações Unidas em matéria de uso da força (definição de agressão, legítima defesa, actuação ao abrigo do capítulo VII da Carta,...); o estado da arte em matéria de direito internacional humanitário (regime das Convenções de Genebra: conflitos internacionais, pessoas e bens protegidos, combatentes regulares e irregulares); os mecanismos de aplicação de sanções disciplinares e penais pela violação do direito humanitário (competência dos tribunais portugueses e do Tribunal Penal Internacional, tipos penais e disciplinares relevantes); os regimes jurídicos internacionais para determinadas armas (minas, munições em cluster, drones, robots); e a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem relativa aos conflitos armados.

O Curso integra três mesas redondas que permitirão partilhar a experiência de diversos operacionais em missões onde o direito humanitário teve um papel fundamental: Kosovo, combate à pirataria e operações no Mediterrâneo para mitigar os efeitos da crise dos refugiados.

O Curso termina com uma simulação de uma situação de conflito armado envolvendo a violação de normas de Direito internacional Humanitário, com a resolução de um caso prático (por grupos de 10 alunos acompanhados por docentes da Faculdade de Direito de Lisboa, com distribuição de papéis e a obrigação de chegar uma uma solução negociada ou “judicializada”).

Conferência Inaugural

23 de Setembro

18h00

A guerra civil na Líbia e a gestão de fluxos migratórios: actores e tendências

- Rui Lopes Aleixo, Embaixador, MNE.

A. Introdução, evolução e relação entre ordenamentos jurídicos

30 de Setembro

18h00

Evolução histórica da codificação do Direito Internacional Humanitário: das convenções da Haia ao Estatuto de Roma.

- Patrícia Galvão Teles, Comissão de Direito Internacional

19h45

A cláusula Martens: sentido e limites.

- Rui Lanceiro, FDL

7 de Outubro

18h00

O que são “conflitos armados” susceptíveis de desencadear a aplicação do Direito Internacional Humanitário.

- Inês Pires Marinho, ICJP

19h45

As situações de conflito não internacionalizadas. Declaração de guerra e aceitação da rendição.

- Jaime Drummond Valle, FDL

14 de Outubro

18h00

Uso da força de acordo com a carta da ONU e missões de “Peacekeeping” e de “Peace Enforcement” no âmbito da ONU, OSCE, UE e NATO.

- Mário João de Brito Fernandes, ICJP

19h45

A questão da vinculação ao Direito Internacional Humanitário e ao Direito Internacional dos Direitos do Homem de forças internacionais.

- Tiago Fidalgo de Freitas, FDL

21 de Outubro

18h00

Status of Forces Agreements e conflitos negativos e positivos de jurisdição.

- Mário João de Brito Fernandes, ICJP

19h45

Parametrização do funcionamento das operações de “Peacekeeping” da ONU.

- Coronel Alberto Sebastião Neves Marinheiro, IDN

28 de Outubro

18h00

Os jornalistas em situações de conflito.

- Luís Castro, jornalista, RTP

19h45

Armas e alvos aceites à luz do Direito Internacional Humanitário. Em particular as minas antipessoal e as munições em cluster.

- Ana Caldeira Fouto, FDL

4 de Novembro

18h00

O acolhimento do Direito Penal Internacional no ordenamento jurídico português: vinculação internacional, Código Penal e Código de Justiça Militar.

- Paulo Saragoça da Matta, ex-assistente da FDL, Advogado

B. Soluções materiais em sede de Direito Internacional Humanitário

4 de Novembro

19h45

Evolução da justiça militar: sentido e limites.

- Coronel Gil Prata, ex-juiz militar

11 de Novembro

18h00

A protecção de grupos mais vulneráveis: mulheres, crianças e refugiados.

- Benedita Queiroz, ICJP

19h45

O estatuto jurídico dos combatentes e dos não combatentes, regulares e irregulares. Dos mercenários em particular.

- Maria da Assunção do Vale Pereira, Escola de Direito da Universidade do Minho

18 de Novembro

18h00

O estatuto de neutralidade.

- Filipe da Boa Baptista, FDL

19h45

O estatuto jurídico dos prisioneiros de guerra.

- Tiago Fidalgo de Freitas, FDL

25 de Novembro

18h00

A protecção dos feridos, doentes e náufragos.

- Ana Isabel Pinto, FDL

19h45

A protecção dos civis e dos bens civis.

- Diogo Santana Lopes, FDL

2 de Dezembro

18h00

A utilização de drones contra alvos militares e civis à luz do Direito Internacional.

- Afonso Brás, FDL

19h45

O caso particular das crianças soldado.

- Carla de Marcelino Gomes, Ius Gentium Conimbrigae

9 de Dezembro

18h00

A protecção do ambiente.

- Fernando Loureiro Bastos, FDL

19h45

O regime nacional de protecção dos refugiados: a Lei n.º 27/2008, de 30 de junho.

- Bernardo Kahn, FDL

16 de Dezembro

18h00

A União Europeia e a crise dos refugiados.

- Benedita Queiroz, ICJP

19h45

A protecção do património cultural.

- Francisco de Abreu Duarte, ICJP

6 de Janeiro de 2020

18h00

Erros de facto, de Direito e de processo: os mecanismos de recurso no TPI à luz da jurisprudência recente.

- Paulo Sousa Mendes, FDL

19h45

A Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a jurisprudência do TEDH relacionada com situações de conflito: em especial, a questão da noção de “jurisdição”.

- Rui Guerra da Fonseca, FDL

13 de Janeiro de 2020

18h00

Direito Penal Internacional: evolução histórica, codificação e jurisprudência dos tribunais penais internacionais.

- Inês Pires Marinho, ICJP

19h45

Elementos dos tipos penais dos crimes internacionais: crimes de guerra, crime de genocídio, crimes contra a humanidade,

crime de agressão.

- Francisco Ferreira de Almeida, FDC

20 de Janeiro de 2020

18h00

O auxílio humanitário (o estatuto da Cruz Vermelha e o das Organizações Não Governamentais).

- Patrícia Galvão Teles, Comissão de Direito Internacional

19h45

Responsabilidade dos chefes militares e de outros superiores hierárquicos.

- Teresa Quintela de Brito, FDL

C. Mesas Redondas

27 de Janeiro de 2020

18h00

Operações no Mediterrâneo e a crise dos refugiados.

- Moderador: Alberto Marinheiro, Coronel, Exército, IDN.
- Isabel Santos — Eurodeputada
- Susana Ferreira, Doutorada, IPRI, IUM.
- João Lourenço da Piedade, Comandante de Fragata, Marinha.

3 de Fevereiro de 2020

18h00

Forças Nacionais Destacadas e a proteção das populações: o caso do Kosovo.

- Moderador: Carlos Branco, Major General, Exército.
- António Tânger Corrêa, Embaixador, MNE.
- Raul Cunha, Major General, Exército, Professor do Instituto de Altos Estudos Militares.



DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E DIREITOS HUMANOS EM SITUAÇÕES DE CONFLITO

10 de Fevereiro de 2020

18h00

Ameaças assimétricas e difusas: o caso da pirataria.

- Moderador: Nuno Lemos Pires, Coronel, Exército, Sub-DGPDN, investigador do CEI-IUL e Professor na Academia Militar.
- Alexandra von Böhm-Amolly, ex-Assistente da FDL, Mestre em Direito, Advogada.
- José Rafael Salvado de Figueiredo, Capitão de Mar e Guerra, Marinha.

D. Simulação de uma situação de conflito envolvendo a violação de normas de Direito internacional Humanitário

17 de Fevereiro de 2020

Caso prático (grupos de 10 alunos com distribuição de papéis e obrigação de chegar uma solução negociada ou “judicializada”).



DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E DIREITOS HUMANOS EM SITUAÇÕES DE CONFLITO

INFORMAÇÕES

Inscrições até ao dia 9 de Setembro de 2019

O Curso realiza-se no período de 23 de Setembro de 2019 a 17 de Fevereiro de 2020, das 18h00 às 19h30 e das 19h45 às 21h15, com exceção das sessões indicadas no programa.

Ficam ressalvadas eventuais alterações ao programa.

Local: Nas instalações do Instituto da Defesa Nacional em Lisboa (Calçada das Necessidades, 5) e, em simultâneo, no Porto (Castelo da Foz, Esplanada do Castelo).

- Caso haja um número de inscristos suficientes, o Curso poderá ainda funcionar em Coimbra -

Propina: €1 000 (primeira prestação de €400 paga no ato de inscrição, segunda prestação no valor de €300 paga até 15 de dezembro e última prestação no valor de €300 paga até 4 de fevereiro de 2019).

- Redução de 5% no valor total do curso para quem efetuar o pagamento integral do curso no ato da inscrição; para ex-alunos do ICJP, do IE, do IDEFF e do IDN.
- Redução de 25% para ex-alunos do Curso pós-graduado em Direito da Defesa Nacional.

Nota: os descontos não são cumulativos

Inscrições online:

- Preencha os formulários de inscrição através do botão respetivo, no menu vermelho, acima nesta página, ou através da página do Instituto Europeu.
- As inscrições ficam confirmadas com a regularização do respetivo pagamento.

Certificado: será fornecido um certificado de participação aos auditores que participarem em pelo menos 80% dos módulos do curso.

Avaliação, de natureza facultativa: apresentação, nos termos do regulamento de avaliação, de um trabalho escrito final sobre um tema ou subtema do Curso.

Contactos:

Instituto Europeu (inscrições e informações)

Telefone: 217 933 250

E-mail: institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt

www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul

www.institutoeuropeu.eu

ICJP (informações)

Telefone: 217 820 265 – Tml.: 933 469 330

E-mail: icjp@fd.ulisboa.pt

www.facebook.com/icjp.pt

www.icjp.pt



DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E DIREITOS HUMANOS EM SITUAÇÕES DE CONFLITO



DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E DIREITOS HUMANOS EM SITUAÇÕES DE CONFLITO

FICHA TÉCNICA

Coordenadores Científicos

- Rui Guerra da Fonseca
- Mário João de Brito Fernandes

Coordenadores do Curso

- **ICJP**
Rui Guerra da Fonseca
Mário João de Brito Fernandes
João Tiago Silveira
- **IE**
Nuno Cunha Rodrigues
- **IDN**
Marco Capitão Ferreira
Coronel Alberto Marinheiro

Organização



Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Law School of Lisbon



National Defense Institute